Humanização económica: o impacto da economia social e solidária nas comunidades locais

Rui Quintas da Costa*

Resumo

Esta pesquisa privilegia as grandes muralhas da economia real nas comunidades locais, que encontram respostas sociais multidisciplinares na economia social e solidária. A actividade informal é uma linha da frente que alimenta a alma da narrativa segundo a qual quase 34% é a taxa de desemprego em Angola, sendo maioritariamente constituída por jovens dosexo feminino. O Mercado do Km-30 é uma autêntica bolsa de valor a céu aberto. onde o comércio informal não constitui uma transgressão na fibra moral da população desempregada das zonas urbanas e rurais, oriundas de vários pontos do país e estrangeiros. O sector informal continua a responder às grandes necessidades humanas, visto que ainda não há estabilização, reformas e desenvolvimento da economia angolana. Ninguém é um desempregado nato, pois a acção informal é uma oferta alternada local aprendida das necessidades sociais ilimitadas a auxiliá-lo a lidar e reflectir com expectativa, estratégias e frustrações dos actores do comércio informal. Enquanto se dedica à actividade, é positivo, traz renda e boa poupança. Não há burocracia comercial, intermediário financeiro, guerra comercial, caridade e taxas de juros elevados ou altíssimos. No plano metodológico, é arquitectado, com as teorias do mercado de emprego e teoria do plano de reconversão da economia informal angolana. O método de abordagem é a pesquisa qualitativa, onde o objectivo da pesquisa será explicativa e descritiva. Ao olharmos para os protocolos e técnicas de procedimentos da pesquisa seleccionámos o histórico, o comparativo e o dedutivo. Já as características do pesquisador farão recurso às múltiplas fontes de dados tais como; consulta de obras de vários especialistas locais e globais, observação directa e participativa no Mercado Km - 30, local da produção do fenómeno.

Palavras-chave: Economia informal. Desemprego. Economia social e solidária e Mercado do Km-30.

http://dx.doi.org/10.5335/rtee.v26i54.12608

Submissão: 14/10/2020. Aceite: 12/04/2021.

^{*} Licenciado em Economia. Mestre em Ciências Juridica-Economica e Desenvolvimento pela Faculdade de Direito e Doutorando em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto. Luanda (Angola) - Mestre em Ciências da Educação pela FCU. Orlando (USA). E-mail: ruisaocosta@gmail.com

Introdução

As perspectivas mais altas são os sonhos. Não pudemos ficar no ver e pensar, mas sim, acordarmos para realização ou alcançarmo-los. Tornarmos os nossos sonhos em realizações verdadeiras na cidade dos homens é um grande desafio exequível. Digo nossos, como pessoa. Porque é o nosso maior troféu depois de uma longa e espinhosa caminhada académica, forjar alianças estratégicas para os tornar reais. Esta pesquisa está focada na humanização económica, ancorada numa maior equidade nas teorias do mercado de emprego e do plano de reconversão da economia informal angolana. Porém, deve se adicionar a figura da economia social e solidária como alternância local das demandas-sociais informais. A crise económica e financeira é o ponto de partida para encontrarmos as soluções tecnocráticas. Nenhum projecto pode ser útil, se não abordar o investimento das pessoas colectivas e famílias como um novo paradigma de justiça social, à integrabilidade comunitária em sede da economia informal. Contudo, diante da agenda da fraternidade real, na qualidade da vida humana, a nossa necessidade insaciável coloca-nos numa relação direita com os factores de produção.

Ser um economista de uma outra economia é descobrir e escrever coisas práticas que promovam as alternâncias nas famílias e pessoas. A economia social e solidária passa a ser uma solução inteligente desses desafios do milénio por ousadia da corrente neoliberal. Os cientistas das economias emergentes são convidados a abandonarem a perda de tempo com os cálculos da taxa de inflação, desemprego e juros. E partirem para outros grandes desafios que ameaçam o crescimento e desenvolvimento económico sustentável. O clamor dos agentes económicos de produção e de consumo convivem com altos níveis de pobreza e miséria extrema.

Contudo, é preciso sair de uma economia do petróleo para uma economia de segurança. Uma economia de segurança significa sair da acumulação primitiva de capitais e abraçar os postulados de uma economia inteligente, de diversificação produtiva e justa distribuição. Ou seja, olharmos para os modelos de crescimento e desenvolvimento económico sustentável que não devem ser impostos, mas construídos por via da acção do dia-a-dia com as comunidades locais.

I- Teorias do mercado de emprego e do plano de reconversão da economia informal em Angola

O desafio demográfico em Angola passa pelo capital humano. É um conceito vasto que englobam as capacidades de um indivíduo sustentável para sua eficácia produtiva como: o nível de educação, a qualidade da saúde e do bem-estar, as capacidades físicas, a experiência pessoal e a inteligência (ALVES DA ROCHA, 2011, p. 136).

A corrente do mercado de trabalho tem sido identificada como um factor decisivo de desenvolvimento das economias. Desse ponto de partida do autor epigrafe a lógica pós-moderna das sociedades comeca a observar um protocolo crítico e evolutivo de capital humano. Estará a formar, olhando além da produção de bens e servicos de qualidade, alternância do paradigma local, começando a produzir saber e conhecimento sustentável. Só assim, o seu desafio demográfico em Angola, no século XXI, afirma-se ao desenvolvimento económico e o progresso social será escrupulosamente um veículo na via expressa do crescimento: a produção de saber pode ter rendimento à escala crescente, porquanto se realiza à custa do saber já acumulado, o custo do desenvolvimento do saber dos indivíduos é tanto mais pequeno quanto maior for o volume de conhecimentos acumulados (lei do crescimento dos custos marginais), a produtividade dos investimentos na educação dos jovens e na formação dos trabalhadores é tanto mais elevado quanto maior o nível do capital humano do país. A produção de saber cria externalidade, ou seja, as capacidades, os conhecimentos e a inteligência desenvolvem-se mais facilmente quando uma proporção crescente da população tiver um nível elevado de capital humano enquanto produto social derivado da gestão estratégica dos recursos humanos.

O processo de reconversão da economia angolana negligencia algumas variáveis dos modelos econométricos tais como a contabilidade nacional, as pessoas e a economia. A contabilidade nacional não reflecte as verdadeiras espectativas das demandas sociais dos angolanos, por razões que se prendem com a fraca actualização do registo das pessoas, por isso, a economia não faz eco aos níveis de crescimento demográfico angolano, tudo porque o censo, em Angola, está muito dependente dos relatórios apresentados pelas instituições estrangeiras, descortinando, assim, a ineficácia e ineficiência do Instituto Nacional de Estatística.

Essa micro actuação académica passa pelo desenvolvimento de ideias com as comunidades locais de leigos. Essas ideias traduzidas em conhecimento-científico deve dar lugar a actuação prática. Como o fazer? Com que o fazer? Essas questões

tendenciosas remetem-nos a partilha concreta com as partes por via da responsabilidade social sustentável. A metodologia da economia social e solidária é fruto do desenvolvimento das formas que correspondem às descobertas das necessidades da economia social. Essa abordagem procura entender e atender a satisfação de uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. A partir das motivações de necessidades individuas ou colectivas. É comum observarmos força de trabalho, economicamente activa, estagnada, no desemprego há anos. Geralmente, são chefes de famílias numerosas que sabem de tudo um pouco dentro de uma organização e acabam actuando em várias áreas, porém, não sabem ao certo o que fazer para conseguir o sustento para as suas famílias e participação no crescimento dos impostos directos e indirectos, ou seja, na agenda tributária.

Nas condições actuais do país, o comportamento dos ofertadores de trabalho é caracterizado pela ilusão monetária, justificada pela inexistência de organizações sindicais organizadas e fortes, pela preferência por um posto de trabalho seguro, pela pouca transparência do mercado e pela reduzida mobilidade do factor trabalho (ALVES DA ROCHA, 2011, p. 182).

No sentido dado mais atras, e geradoras de insegurança, quando aumenta os fluxos migratórios para as cidades e aqui fomentam a criação de sectores económicos informais submersos importantes. Qual é a coisa mais importante no sector de acção da economia informal? A trajectória da construção da relação entre o fornecimento e a procura de bens e serviços acendo numa acção e cultura. Uma visão filosófica e estratégica dentro da cadeia comercial, por via do comércio informal, surge de uma prática social muito intensa e expectante em destilar solidariedade local. A habilidade técnica em gestão financeira revoga as lições académicas ortodoxas, contemporâneas e modernas de economia e finanças ou economia monetária.

O desenvolvimento sustentável não é apenas uma razão académica, mas humanística, política participativa e educação cooperativa. O mundo, hoje, está a passar por profundas mudanças nas estruturas formais nas esferas: política, económica, social, cultural e humana. Os processos de desenvolvimentos social da globalização alcançam praticamente todos os países e têm causado transformações importantes nas relações sociais, em que se incluem o estágio de mudança na força de trabalho e na reorganização do mercado de trabalho, atingindo e influenciando as estabilizações, reformas e desenvolvimento das estruturas económicas, tanto as do sector empresarial públicos, quanto as privados. Esta nova ordem pragmática deve ser vista como um processo de desenvolvimento social necessário praticamente a todos, de uma ou outra maneira, positiva ou negativa.

Trata-se de uma transgressão a sua ética laboral no comércio informal a incapacidade de enfrentar as suas incertezas. Lidar com as ondas de emoções: urgências, agridoce, espectrometria, concorrências, seguir a sua história real, ousadia da economia doméstica e tácita nas vendas não é arte de fé, mas de compreensão alternativa. São vendedores de oportunidades e não de ilusão, com seu conhecimento académico-científico limitado. Bastante vasto no campo tácito da acção do sector económico informal local. Têm como fibra moral vencer a batalha da economia real. Ao postular o comércio informal observa-se uma rede maior, são guardiões que amam a preparação do sector de actividade informal. É um prodígio para economia informal através da malha comercial desses autores informais que ganham, servindo as suas famílias e tomam boas decisões que são fruto das experiências informais locais. A recompensa nos processos sociais está alinhada aos bens e serviços expostos e à procura pelos agentes económicos de consumos.

O crescimento populacional renova as necessidades básicas, o contínuo desejo de elevação do padrão de vida, que poderíamos classificar como uma necessidade social de melhoria de status e a evolução tecnológica levam ao surgimento de novas necessidades. Nenhum país, mesmo os ricos, é autossuficiente, em termos de disponibilidades de recursos produtivos para satisfazer a toda as necessidades da população. Se não houvesse escassez de recursos, ou seja, se todos os bens fossem abundantes (bens livres), não haveria necessidades de estudarmos questões como: inflação, crescimento económico, deficit no balanço de pagamentos, desemprego, concentração de renda etc.. Esses problemas provavelmente não existiriam e, obviamente, nem a necessidade de se estudar Economia (VASCONCELLOS, 2002, p. 21).

Nesse contexto, o pensamento acima expresso reforça a ideia de que o crescimento demográfico desequilibrado renova as demandas sociais básicas. Sendo que o objecto de estudo da ciência económica é a questão social das actividades económicas da escassez de recursos naturais, trata-se de uma ciência social e o seu objectivo é satisfazer às necessidades humanas, que dependem de restrições físicas provocadas pela escassez de recursos produtivos ou factores de produção: mão-de-obra, capital, terra e matéria-prima. Assim sendo, o crescimento populacional obedece aos factores determinantes aos quais, aparentemente, são difíceis de caminharmos em contramão: a corrente dos demográficos indicam uma triangulação de crescimento da população. A primeira fase é arcaica. Nela, observam-se elevadas taxas de natalidade, igualam com altas taxas de mortalidade, a segunda ou ainda chamada de fase moderna, em que ocorre a inversão do fenómeno, ou seja, coincidência entre baixas taxas de natalidade e fracas taxas de mortalidade se perfilam ao lado de baixas taxas de mortalidade. Nos dias da pós-modernidade, não se observam países a

viver o primeiro cenário de desenvolvimento demográfico, enquanto todos os países desenvolvidos se encontram na segunda versão, começando a ter processos de desenvolvimento social colossais com a reprodução dos seus sistemas de previdência social.

O ponto de chegada da reflexão breve sobre o tema em epígrafe é que a solução do desemprego estruturante em Angola é de médio e longo prazo, ou seja, estabilidade das políticas públicas, do sistema governamental e o crescimento demográfico. Assim, a economia social e solidária, na busca do sofrimento das comunidades locais, explica as necessidades sociais relevantes de assumirmos os efeitos adversos encontrados. A sua metodologia deve casar muito bem com os processos de desenvolvimento sociais estruturantes das famílias e das pessoas, alinhando a doutrina social das mesmas. Desde a educação financeira, cultura financeira, estabelecer um diálogo humano, aplicar a réplica do comércio informal que implica um projecto social com os grupos organizados.

II- A formação de políticas públicas e desenvolvimento de empregos em Angola

Em 25 de Setembro de 2015, cento e noventa e três (193) países do mundo assumiram o compromisso de trabalhar para um mundo melhor. Para o fazer, assumiram 17 objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Ban Ki-Moon, na altura Secretário Geral da ONU, considerou-os como uma lista de tarefa para cada país, para cada ser humano no nosso planeta, com vista a um desenvolvimento social e económico a ser alcançado de modo sustentável.

A nova agenda de desenvolvimento propõe uma acção mundial coordenada entre os governos, as empresas, a academia e a sociedade civil para alcançar os 17 ODS e suas 169 metas de forma a erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. Assim, é-nos apresentada, sendo uma continuação ampliada dos objectivos de Desenvolvimento do *Millennium* ODM, que haviam sido estabelecidos em 2000 e vigoraram até 2015 - facto que se justifica porque, em parte, resulta das lições retiradas da experiência obtida e das boas práticas surgidas durante a execução da anterior agenda (CALUNDUNGO, 2008, p. 16).

Nesse contexto, salta-nos a vista, convocar aqui objectivo global número 8: promover o crescimento económico, inclusivo, sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Para dar alma a esse corpo de pesquisa sobre a humanização económica: economia social e solidária *versus* políticas públicas e desenvolvimento de emprego em Angola. Dentro desse prisma, sabemos que a política pública de desenvolvimento de planos de emprego para o exército de

desempregados permanece ainda como um dos grandes desafios dentro da realidade angolana em pleno século XXI. Apesar das inúmeras e complexas teorias, na prática, a formação de políticas públicas -o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 agora com nova versão 2015-2025 - constitui um dos principais repositórios de políticas públicas para Angola, estando nele escalpelizado os objectivos nacionais de médio e longo prazo, destacando-se dentre eles os seguintes:

- 1) Preservação da unidade e coesão nacional;
- 2) Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento;
- 3) Melhoria da qualidade de vida;
- 4) Inserção da juventude na vida activa;
- 5) Desenvolvimento do sector privado;
- 6) Inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

Por outro lado, o poder executivo discute cada vez mais sobre seus direitos e qualidade de vida. Nesse sentido, novas políticas estratégicas são aprovadas a nível de decretos-presidencial 113/19, de 16 de Abril, o PAPE - Plano de Acção de Promoção de Empregabilidade 2019 – 2021 - plano prevê a criação de 250 mil jovens, com a concepção de micro-créditos, cursos de empreendedorismo e de formação profissional. O PAPE prevê formar, em três anos, 12 mil jovens em empreendedorismo, 15 mil em cursos de curta duração, a atribuição de dez mil micro-créditos para apoio a negócios, a distribuição de 42 mil *kits* de várias profissões, com realce para pedreiro, ladrilhador, carpinteiro, canalizador, electricista, pintor, jardineiro, soldador, cabeleiro, barbeiro, pedicure, manicure, entre outros.

O montante do crédito a ser atribuído pelo PAPE ronda entre os mil e os cinco mil dólares, equivalentes em Kwanzas, com uma taxa de juro de um por cento e período de carência de três meses, a ser operacionalizado inicialmente pelo Banco Sol. O programa abrange também jovens com ideias de negócio e pretendam implementá-los e aqueles que precisam de melhorar as condições de trabalho para aumentar a produção. Suportado financeiramente com o OGE e o Fundo do Petróleo orçado em vinte e um mil milhões de Kwanza são políticas e acções de promoção do desenvolvimento que se preconiza, a dar resposta às promessas vendidas pelo executivo a população.

A execução do projecto e seu gerenciamento dão-se num macro ambiente ao qual o projecto está inserido e, nestes objectivos dos sectores, são compreendidos

conforme as necessidades, diagnosticadas nas taxas de desemprego, sejam conduzidos e gerenciados, sejam atados com as práticas estabelecidas pelo executivo, onde as decisões são tomadas no início e ao longo do ciclo de vida do projecto, onde a formação de políticas públicas, na fase de execução, deve rever menos as suas decisões, chegando a responder às expectativas da política da população.

Destacas-se que o sucesso ou o fracasso dos diferentes modos que os executivos utilizaram para tomar decisões foram mensurados de acordo com quatro estágios: determinação de rumo; identificação da alternativa e seu desenvolvimento; avaliação e implementação. Uma pesquisa realizada mostrou que os executivos tomam decisões de dois modos básicos: por imposição: uma alternativa surge logo no início do processo e não sofre modificação e por descoberta: alternativas são identificadas por meio de procura, projecto ou cópia do que outras pessoas fazem. Ressalta que ao formular o processo de tomada de decisão, a formação de políticas públicas deve tomar certas providências práticas tais como: alinhar papéis de decisão às fontes mais importantes de valor, garantir que decisões sejam tomadas pelas pessoas certas no nível certo da organização e buscar a ajuda daqueles que terão de conviver com a mudança para a formulação de novos processos.

Para Carlos Teixeira (2018, p. 53),

[...] o plano estratégico deve ser um documento dinâmico que deve reflectir a aprendizagem gerada pela elaboração do Plano de Actividade, da Monitorização, do relatório de Actividade e de outros impactos importantes que venham a ter lugar no período da sua execução. É ainda um documento, cuja responsabilidade da produção é da liderança do topo da organização. Considerando que planear é prever, a curto, médio e longo prazos, metas objectivas e recursos. Estamos, pois, perante um instrumento que não é de negligenciar para que uma obra humana seja mais facilmente exequível.

Empenhado em cumprir com o seu plano de actividade e o plano de acção de Estratégica Nacional de Desenvolvimento Estatístico (ENDE) 2015-2025, o INE realizou ainda no mês de Maio o inquérito ao emprego em Angola (IEA 2019). Vai cobrir todas as províncias do país, incluindo as áreas rurais e urbanas. O inquérito ao emprego em Angola 2019, segundo avança o documento, tem como principal objectivo, a caracterização da população face ao mercado de trabalho, visando disponibilizar, trimestralmente, a estimativa de emprego e desemprego, bem como a produção de indicadores para responder as directrizes traçadas no Programa de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, (Eixo 2: XIII- Políticas de Emprego e Condições de Trabalho) e para monitorar o progresso realizado no âmbito dos

objectivos de desenvolvimento sustentável, particularmente o objectivo número 8: Trabalho digno e crescimento económico.

Analisando de perto os dados do Instituto Nacional de Estatística, resultantes do inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego (IDREA- 2018/2019), realizados no período de Março de 2018 a Fevereiro de 2019, numa amostra de 12.448 agregados familiares distribuídos pelas 18 províncias, estima-se a taxa de desemprego, emprego, actividade e inactividade de 28,8%. O INE define a taxa de desemprego como sendo o número de pessoas com idade compreendida entre 15 ou mais anos que, no período de referência se encontravam sem um trabalho remunerado nem qualquer outro e que está disponível para trabalhar, de forma remunerada ou não.

A taxa de desemprego é mais acentuada entre as mulheres. Contudo, a situação tende a ser mais desafiante entre os jovens, onde a taxa de desemprego apurada chega aos 62,4% na idade compreendida entre 15 e 24 anos, isto é, em cada 100 jovens com idade compreendida entre 15 e 24 anos, pelo menos 60 estão no desemprego.

Um bom processo decisório exige a atribuição de papéis claros e específicos. E outras ferramentas usadas para analisar este processo fornecem à gestão um método para atribuir papéis e envolver os indivíduos relevantes. Vale ressaltar que estes papéis nem sempre são desempenhados nesta ordem, sendo necessárias certas liberdades para poder criar um acrónimo útil. Para tanto, cada letra corresponde a um papel crucial no processo decisório: recomendação; aceitação; prática; *input* e decisão. Na recomendação, quem exerce este papel é responsável por formular a proposta, colectar informações, apresentarem dados e análises pertinentes para que uma decisão sensata seja tomada na hora certa. Para fazer a proposta, consulta indivíduos responsáveis por dar *input*, além de ouvir e computar a opinião deles, vai buscando a sua adesão ao projecto.

III- A economia social e solidária enquanto defesa económica das comunidades locais em tempo de crise

Os autores da economia social e solidária não rejeitam o mercado enquanto mecanismo descentralizado de alocação de recursos. Em contrapartida, são muito críticos relativamente à lógica de desenvolvimento contemporânea, pela qual a esfera económica se emancipou progressivamente da espera social até constituir uma força autónoma, à qual os diferentes aspectos da existência humana, mesmo os mais íntimos, subordinaram-se progressivamente. Esta crítica leva-os a desenvolver novas organizações nas quais a acumulação do capital não é considerada como um fim em si e a taxa de lucro não constitui a única medida do sucesso da empresa (SEGOT, 2014, p. 19).

No entanto, os consumidores do sector informal são inúmeros. Como fizemos compreender, a progressão dos mercados de actividades económicas não oficiais é muito rápida, sejam eles pequenos e pouco desenvolvidos, sejam relativamente grandes, pois o comércio não licenciado é parte muito significativa do tecido económico de Angola. As raízes intelectuais da economia social e solidária encontram--se provavelmente na corrente do socialismo utópico, de que Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier ou ainda Pierre-Joseph Proudhon são os pioneiros representantes no século XIX. Este socialismo, muito influenciado nomeadamente pela filosofia humanista e pelo cristianismo social, assentava na tomada de consciência do custo humano da revolução industrial e afirmava a necessidade de colocar a capital sob o controlo da sociedade. Mas ao contrário dos socialistas científicos que, na sequência dos trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels, esperavam a emancipação humana a partir de transformações institucionais que deveriam ser produzidas pelas contradições internas do capitalismo no quadro de uma teoria da história, os socialistas utópicos atribuíam a si próprio o objectivo de reconquistar a esfera económica por via da experimentação de novas formas de organização autónomas, descentralização e focadas a atingir objectivos societais. Neste sentido, os socialistas utópicos não rejeitavam necessariamente a economia de mercado, mas entendiam esta última como uma simples instituição, cujo objectivo último era servir o bem comum.

A economia social e solidária inclui um conjunto de actividades que contribuem para a democratização da economia com base nos compromissos cívicos. Esta perspectiva de análise caracteriza-se pelo facto de contemplar estas actividades não apenas a partir do ponto de vista da sua forma jurídica (associações, cooperativos, mutualidades...), mas também através da dupla dimensão - económica e política - que constitui a sua especificidade (LAVILLE, 2009, p. 149).

De acordo com o autor epígrafe, os seus pensamentos, enquanto pesquisador das economias emergentes, apresenta sua perspectiva, que consideramos que as entidades representativas da economia social e solidária integram a democratização da economia real, evidenciando uma identidade distinta dos demais sectores de actividade económica. Não obstante as diferenças conceptuais existentes entre estas duas economias: social e solidária, ambas são objectos de estudo de vasta importância, cujos exemplos práticos assumem um papel determinante para a concretização do desenvolvimento sustentável das comunidades locais. O autor ainda considera que os princípios de gestão financeira e análise da economia aplicada em

finanças pessoais está preocupada em determinar como a eficiência de uma economia doméstica podem ser aumentadas. No que se refere a realidade da escassez, para então perceber como podemos organizar a poupança familiar para ter o uso mais eficiente das rendas familiares tem sido descrita como sendo a "essência da economia - familiar", onde a disciplina financeira faz a sua contribuição ímpar. Entre outros, mesmo que um grupo social detenha vantagem absoluta em todos os sectores de renda familiar, tem vantagem em se especializar nas áreas onde tem as maiores vantagens de vendas, efectuando depois trocas comerciais com outros operadores informais.

Na segunda linha, as boas ferramentas das finanças solidárias representam, no entanto, uma inversão das relações entre as finanças, a economia e a sociedade. As finanças solidárias podem, pois, compreender como uma transposição do princípio de desenvolvimento sustentável na empresa.

As finanças solidárias representam, pois, uma ruptura profunda com a lógica financeirizada, o posicionamento ético das instituições financeiras solidária decorre de uma tomada de consciência dos perigos de uma economia, guiada pela procura de lucros de curto prazo. Ao reter o bem-estar humano como critério de alocação da poupança, estas instituições permitem aos investidores solidários e aos aforradores exprimir os seus valores éticos, dão oportunidades aos novos empresários da economia solidaria e favorecem, por esta via, a realização do ecodesenvolvimento (SEGOT, 2014, p. 59).

Pode-se aferir dessa citação que, numa organização de economia social, essa distribuição pode acontecer sem que ela seja excluída do âmbito da economia real, isto desde que cumpram os restantes requisitos para manter esta condição e desde que essa distribuição não seja directamente ligada ao capital, e sim, às contribuições de cada membro. Tendo em conta os seus requisitos, o sector não lucrativo é correspondente ao subsector não mercantil da economia social e solidária, excluindo formas jurídicas como as cooperativas e as sociedades mútuas, considerando apenas as associações e as fundações. E o segundo parágrafo faz referência a um subsector não mercantil, do qual fazem parte as associações, fundações e similares, cujos produtos e serviços provisionados têm uma finalidade social e não lucrativa, as suas fontes de financiamento são os donativos, quotas, financiamentos públicos e privados e os excedentes económicos que possam existir são reinvestidos na própria organização.

No campo dos conceitos alternativos, podemos chamar aqui a figura cultural da expressão: de Ubuntu, das culturas $Zulu\ e\ Xhosa$ que significa "EU sou em TI e na medida em que TU és", podemos ainda referir um outro conceito alternativo

da cultura kimbundu da expressão: *Etu Mu dietu*, que significa "estamos juntos na medida em que estamos misturados". A mesma teoria é responsável pela crença generalizada dos economistas nos benefícios do comércio livre. O conceito aplica-se a indivíduos, fazendas, fábricas, fornecedores de serviços e a economias. A oferta e demanda-social também pode ser usada para modelar a distribuição de renda pelos factores de produção, como o capital e trabalho, através de mercados de factores.

Conclusões

O desenvolvimento sustentável implica não só a segurança económica, coesão social e revalorização ambiental, mas também exige considerar as questões da diversidade cultural, da coesão territorial, da literacia para a sustentabilidade, de uma governança participativa e cidadania local e de uma bioética assente nos valores que promovem a sustentabilidade.

Em última análise, os modelos do desenvolvimento sustentável são modelos integrados de desenvolvimento económico que tem em consideração as questões sociais dos factores de produção e a preservação do meio ambiente como herança das futuras gerações. É o que chamamos de desenvolvimento social inteligente, que procura integrar uma visão de longa duração nas opções de crescimento e progresso social para revolver os problemas futuros. Há, por exemplo, países em que a riqueza produzida actualmente é repartida pelas necessidades sociais da actualidade e da futura geração.

Daí a ideia da criação dos chamados fundos: do petróleo, do diamante, da madeira, ferro, cereais, soberano, que servem para acumular riqueza proveniente da exploração de recursos públicos não renováveis, por exemplo, para suprir as necessidades humanas de amanhã, quando esses recursos terminarem. Então, o modelo de desenvolvimento sustentável é a associação e cooperação do crescimento económico, da preservação do meio ambiente, do progresso social (acesso a serviços básicos de qualidade), da qualidade de vida e do uso racional dos recursos naturais, nomeadamente, a água que será um dos grandes problemas do mundo, no futuro.

No nosso país, os principais obstáculos são a extremamente desigual oportunidade e a iníqua distribuição da renda nacional, agravados por políticas públicas e critérios de afectação de recursos públicos que não têm o homem como centro, privilegiando as infraestruturas, o crescimento económico e a acumulação primitiva do capital, subalternizando o trabalho e o empreendedorismo produtivo.

Humanización económica: el impacto de la economía social y solidaria en las comunidades locales

Abstract

This research privileges the great walls of the real economy in local communities, which find multidisciplinary social responses in the social and solidarity economy. Informal activity is a front line that feeds the soul of the narrative according to which almost 34% is the unemployment rate in Angola, being mostly made up of young women. The Km-30 Market is an authentic open-air exchange, where informal trade does not constitute a transgression in the moral strand of the unemployed population in urban and rural areas. coming from various parts of the country and from abroad. The informal sector continues to respond to the great human needs, as there is still no stabilization, reforms and development of the Angolan economy. No one is a born unemployed, as informal action is a local alternate offering learned from unlimited social needs to help you deal with and reflect with expectation, strategies and frustrations from the actors of informal trade. While he is engaged in the activity, it is positive: it brings income and good savings. There is no trading bureaucracy, financial intermediary, trade war, charity and high or very high interest rates. At the methodological level, it is designed, with the theories of the job market and the theory of the plan for the conversion of the Angolan informal economy. The approach method is qualitative research, where the objective of the research will be explanatory and descriptive. When looking at the research protocols and procedures techniques, we selected the historical, comparative and deductive. The characteristics of the researcher, on the other hand, will make use of multiple data sources such as; descussion of works by several local and global specialists, direct and participatory observation at the Km - 30 Market, where the phenomenon was produced.

Keywords: Informal economy. Unemployment. Social and Solidarity Economy and the Km-30 Market of Viana.

Economic humanization: the impact of the social and solidarity economy on local communities

Resumen

Esta investigación privilegia los grandes muros de la economía real en las comunidades locales, que encuentran respuestas sociales multidisciplinares en la economía social y solidaria. La actividad informal es una línea de frente que alimenta el alma de la narrativa según la cual casi el 34% es la tasa de desempleo en Angola, estando mayoritariamente conformada por mujeres jóvenes. El Mercado Km-30 es una auténtica bolsa de valores al aire libre, donde el comercio informal no constituye una transgresión en la fibra moral de la población desocupada de zonas urbanas y rurales, provenientes de diversas partes del país y del exterior. El sector informal sigue respondiendo a las grandes necesidades humanas, ya que aún no hay estabilización, reformas y desarrollo de la economía angoleña. Na-

die nace desempleado, ya que la acción informal es una oferta alternativa local aprendida de necesidades sociales ilimitadas para ayudarlo a enfrentar y reflexionar con expectativas, estrategias y frustraciones de los actores del comercio informal. Mientras se dedica a la actividad, es positiva, aporta ingresos y buenos ahorros. No hay burocracia comercial, intermediario financiero, guerra comercial, caridad y tasas de interés altas o muy altas. A nivel metodológico, se construye, con las teorías del mercado laboral y la teoría del plan de conversión de la economía informal angoleña. El método de abordaje es la investigación cualitativa, donde el objetivo de la investigación será explicativo y descriptivo. Al observar los protocolos de investigación y las técnicas de procedimientos, seleccionamos las históricas, comparativas y deductivas. Las características del investigador, por otro lado, harán uso de múltiples fuentes de datos como; consulta de trabajos de varios especialistas locales y globales, observación directa y participativa en el Mercado Km - 30, donde se produjo el fenómeno.

Palabras clave: Economía informal. Desempleo. Economía social y solidaria y Mercado de Viana Km-30.

Referências

ANGOLA, Jornal de. Baixar o Índice de Desemprego no País. 15613ª ed. Luanda: Edições Novembro, 2019.

ALVES DA ROCHA, M. J. Estabilização, Reformas e Desenvolvimento em Angola. Luanda, Angola: Mayamba, 2011.

ALVES DA ROCHA, M. J. Alguns Temas Estruturantes da Economia Angolana. Luanda, Angola: Kilombelombe, 2011.

CALUNDUNGO, Sérgio. Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Revista-Inform. Instituto para a Cidadania, Luanda-Angola: DAMER, 2008.

DA COSTA, Rui Quintas. Impacto da Economia Social e Solidária como Factor Decisivo do Desenvolvimento Sustentável da Integrabilidade Comunitária: um Estudo de Caso do Mercado-Km 30 no Município-Viana Província de Luanda (2017-2019). Dissertação (Mestrado) – Facultade de Direito, Universidade Agostinho Neto, 2020.

FINANÇAS & ECONOMIA. INEA: Lança Operação para Inquérito ao Emprego em Angola. 555ª ed. Luanda: Edições Novembro, 2019.

LAVILLE, J. L. Economia Plural. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

LOCAL, Governação e Públicas Políticas Pesquisa Centro. Visão Estratégica de Recursos Humanos: Política de Quadros e Desempenho do Serviço Público em Angola. Revista-UAN. Luanda: Where Angola, 2018.

MOSAIKO, Instituto para a Cidadania. Objectivos de desenvolvimento Sustentável. Revista-Inform. Luanda: Damer, 2008.

SEGOT, Thomas Lagoarde. As Finanças Solidárias: um Humanismo Económico. Lisboa, Portugal: Piaget, 2014.

TEIXEIRA, Carlos, M. S. *Visão Estratégica de Recursos Humanos*: Política de Quadros e o Desempenho do Serviço Público em Angola. Revista nº04 CPPPGL-UAN, Luanda-Angola: WHERE ANGOLA, 2018.

VALÊNCIO, Manoel; DA COSTA. R. *Quintas*. História do Pensamento das Ciências Económicas. Luanda, Angola: ECO7, 2020.

VASCONCELLOS, Marcos António Sandoval. Economia: Micro e Macro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.